

# Trabalhador terá compensações para desemprego

*Para Fernando Henrique, medidas anunciadas estavam sendo cobradas pelas centrais sindicais*

VÂNIA CRISTINO

**B**RASÍLIA – Ao anunciar as medidas compensatórias de apoio ao desempregado e proteção ao trabalhador, o governo pretendeu reduzir os efeitos do novo pacote de ajuste fiscal. Em solenidade no Palácio do Planalto, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou medida provisória que amplia o seguro-desemprego para o trabalhador que está desempregado há pelo menos um ano. A MP n.º 1.726 também institui a suspensão temporária do contrato de trabalho e estende a possibilidade de estágio para os estudantes de nível médio.

Na solenidade, que contou com a presença dos ministros do Trabalho, Edward Amadeo; da Administração, Cláudia Costin; do Planejamento, Paulo Paiva e da Previdência Social, Waldeck Ornélas, além de sindicalistas, o presidente encaminhou ao Congresso Nacional proposta de emenda constitucional. Na reforma trabalhista, o governo pretende acabar com a unicidade sindical e a contribuição compulsória, além de limitar o poder normativo da Justiça do Trabalho.

O presidente ressaltou que, com as medidas, estava cumprindo uma promessa de campanha. "Prometi que as medidas levariam em conta, sempre, a situação dos brasileiros mais pobres e mais necessitados", reafirmou. Para o presidente as medidas, anunciadas vinham sendo defendidas pelas centrais sindicais, até pela CUT. "Eu espero que a CUT, dessa vez, diga sim em vez de, simplesmente, dizer que quer dialogar e, na hora de votar, votar não", declarou.

O ministro do Trabalho afirmou que a ampliação do seguro-desemprego para os trabalhadores desempregados há mais de 12 meses, que começará a ser pago em janeiro, beneficiará entre 500 mil e 700 mil trabalhadores das regiões metropolitanas. Esses trabalhadores perderam o emprego no segundo semestre de 1997, no início da crise da Ásia, que obrigou o governo a elevar os juros e a baixar as primeiras medidas de ajuste fiscal.

Amadeo explicou que o adicional do seguro-desemprego corresponderá a três parcelas de R\$ 100,00 cada uma. O benefício só será concedido para os trabalhadores que estão desempregados há pelo menos 12 meses, sendo o período máximo de desemprego limitado a 18 meses. Segundo o ministro, mesmo com a limitação orçamentária, o programa do governo deverá atingir entre 65% e 70% dos que estão desempregados há mais tempo. A ampliação do seguro-desemprego está previsto para o período de janeiro a junho de 1999 e custará entre R\$ 150 milhões e R\$ 210 milhões para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).